

Transação de dívida ativa por decisão judicial

Descrição

Modalidade de transação que possibilita negociar débitos com a União suspensos por decisão judicial há mais de 10 anos, em fase de execução fiscal já ajuizada ou não, de devedores com valor consolidado máximo de R\$ 15 milhões.

⊘ Não contempla FGTS.

Público

Pessoas Físicas (inclusive falecidas) e jurídicas (inclusive baixadas e inaptas), incluindo MPes e MEIs.

Prazo

Até 30 de junho de 2021

Benefícios

- ✓ Entrada de 2% do valor total parcelado em até 2 vezes.
- ✓ Parcelamento do restante em até 108 meses, para débitos não previdenciários.
- ✓ Parcelamento em até 54 parcelas mensais, para débitos previdenciários.
- ✓ Redução de até 70% do valor total da dívida.
- ✓ Parcela mínima de R\$ 100,00.

Forma de adesão

- 1 Providencie os documentos exigidos no item 4.1 do Edital PGFN nº 2/2021 e preencha o formulário do Edital.
- 2 Encaminhe a documentação por e-mail para a unidade do domicílio fiscal do contribuinte – no caso de pessoa jurídica será o domicílio do estabelecimento matriz.
- 3 Acompanhe o requerimento no portal REGULARIZE, em Consultar Requerimento.
- 4 Se a proposta for aceita, você será notificado por meio da caixa de mensagens do REGULARIZE e deverá efetivar o pagamento da primeira parcela por meio de Darf gerado no próprio portal.

Pagamento das parcelas

Para emitir os documentos de arrecadação das parcelas, vá ao Portal REGULARIZE, em Negociação de Dívida > Sistema de Negociações > menu Emissão de Documento > Documento de Arrecadação. Já para habilitar o débito automático, escolha a opção Negociar Dívida > Acesso ao Sistema de Negociações, e clique no menu débito automático.

Regulamentação

📄 Edital PGFN nº 02/2021.

Para saber mais acesse:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/politicas-publicas-oportunidades-aos-pequeno-negocios>